



## A história da TV Cultura em quatro fases: de 1969 a 2006

Liana Vidigal ROCHA<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é o de relatar fatos importantes e marcantes da história da TV Cultura, emissora paulista cujo modelo passou por transformações ao longo das décadas. A história da TV Cultura pode ser dividida em quatro fases distintas. A primeira fase seria a dos primeiros anos da emissora, quando ainda pertencia aos Diários Associados e tinha como objetivos o lucro e a audiência. A segunda fase começa quando a emissora é comprada pelo governo do Estado de São Paulo e passa a ser administrada pela Fundação Padre Anchieta. Já a terceira fase refere-se à gestão do jornalista Roberto Mulyaert que chegou bem próximo do conceito de televisão pública. A quarta fase tem início na gestão de Jorge da Cunha Lima e chega até o ano de 2006. Essa última etapa é marcada pela crise financeira e pelo descumprimento de artigos do estatuto da Fundação Padre Anchieta.

**Palavras-chave:** História; TV Cultura; 40 anos.

### Introdução

Lançada em junho de 1969 - quase vinte anos após a chegada da televisão ao Brasil, trazida por Assis Chateaubriand, primeiro brasileiro a construir um império jornalístico – a TV Cultura traz para a televisão brasileira o conceito de TV pública. A TV Cultura surge inspirada nos modelos importantes de emissoras públicas mundiais, como a CBC canadense, a PBS americana e a BBC inglesa.

A história da TV Cultura pode ser dividida em quatro fases distintas, as quais tiveram grande significado para a emissora. A primeira fase seria a dos primeiros anos da emissora, quando ainda pertencia aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora-adjunta da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: [lividigal@uol.com.br](mailto:lividigal@uol.com.br) Trabalho apresentado ao GT 08 – Historiografia da Mídia, do I Encontro de História da Mídia da Região Norte.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

tinha como objetivos o lucro e a audiência. A segunda fase vem logo em seguida, assim que a emissora é comprada pelo governo do Estado de São Paulo e administrada pela Fundação Padre Anchieta.

Já a terceira fase refere-se à gestão do jornalista Roberto Muylaert, que, durante o período em que esteve à frente da emissora, chegou bem próximo do conceito “ideal”<sup>2</sup> de televisão pública. A quarta fase tem início na gestão de Jorge da Cunha Lima e chega até o ano de 2006. Essa última fase é marcada por uma forte crise financeira e pelo descumprimento de alguns artigos do estatuto da Fundação Padre Anchieta.

O objetivo deste artigo é o de relatar fatos importantes e marcantes da história da TV Cultura, emissora paulista cujo modelo passou por transformações ao longo das décadas, mostrando-se ora comercial, ora estatal e, poucas vezes, pública.

### **Primeira fase – de comercial a pública**

A televisão havia chegado ao Brasil no ano de 1950. Trazida por Assis Chateaubriand - o primeiro brasileiro a construir um império jornalístico - o veículo acabava por se tornar a principal fonte de informação do público brasileiro. Em São Paulo, no ano de 1958, os Diários Associados ganham o sinal para transmitir um novo canal 2. De acordo com o site da TV Cultura<sup>3</sup>, “ao lado da TV Tupi, canal 3, os telespectadores iriam privilegiar os canais ‘Associados’, já que começando na ordem crescente nos canais, os dois seriam os primeiros e poderiam despertar a atenção do público antes da TV Paulista (5) e TV Record (7)”.

Com o surgimento do canal 2, era muito grande a possibilidade de haver problemas na transmissão das imagens da TV Tupi, por isso a emissora precisou trocar de sinal. A TV tupi passou a ocupar o canal 4, pois esta faixa juntamente com a de número 5 pertencente à TV Paulista (hoje Rede Globo) eram as mais longas e não corriam o risco de interferir uma na outra. Então, no dia 20 de setembro de 1960 entrava

---

<sup>2</sup> Para Leal Filho (1997, p. 18), o conceito da expressão serviço público pode ser entendida da seguinte forma: “Em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população, que precisa ser atendida. E público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais [...] só assim seriam capazes de dar conta da sua vocação cultural”.

<sup>3</sup> Site da TV Cultura: [www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br)

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

no ar a TV Cultura, cujos objetivos eram de educar, informar e divertir, “correspondendo integralmente à responsabilidade do nome que levava” (KUNSCH, 1999; p. 200).

Os estúdios da TV Cultura foram instalados no mesmo auditório que serviu como laboratório para a TV Tupi, em 1950. Ele abrigava os atores e técnicos que vinham emprestados da Tupi, que também cedia a antena localizada no alto do edifício do Banespa.

Em 1965, um incêndio acaba destruindo boa parte dos equipamentos da TV Cultura, o que leva os Diários Associados a tomar uma decisão: a emissora seria transferida de sede. Em princípio, a TV Cultura era transmitida dos estúdios da Tupi situados no Sumaré, mas, no ano seguinte, a emissora mudaria novamente de localização, desta vez, para o prédio da Rádio Cultura, na Av. São João. “Outra parte da emissora se instalou num novo complexo na Freguesia do Ó, em meio a um bosque natural a lagoa Santa Marina.”<sup>4</sup>

Os Diários Associados começam a entrar em decadência no ano de 1967, primeiro por causa do cerco do governo militar, segundo com a morte de Assis Chateaubriand, em 1968 e, finalmente, a incompetência de seus administradores, que não fizeram os investimentos necessários para que a emissora disputasse a audiência com as suas concorrentes. Com isso, a TV Tupi perdeu em qualidade e a solução encontrada foi vender a TV Cultura e outras empresas do grupo Diários Associados.

Em janeiro de 1968, a programação da TV Cultura - canal 2 - não estava mais disponível para o público. As transmissões da emissora - considerada a irmã caçula da pioneira Tupi - haviam sido encerradas, pois no seu lugar os telespectadores aguardavam a estreia de uma ‘TV Educativa’, que seria inaugurada no ano seguinte.

Segundo Miriam Goldfeder, a TV Cultura surge no auge de um período de transição política e econômica iniciado quatro anos antes com o golpe militar de 1964. A partir desse momento, a televisão passa a desempenhar um papel fundamental na manutenção do poder. Em 16 de junho de 1969, a TV Cultura era relançada e trazia para o mercado brasileiro o conceito de TV pública. Segundo Leal Filho (1988, p. 20), logo

---

<sup>4</sup> Fonte: site da emissora: [www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br). Acesso em junho de 2003.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

depois de ser vendida para o governo de São Paulo, a emissora iniciaria a sua segunda fase, desta vez, inteiramente dedicada a finalidades educativas e culturais.

Para viabilizar e manter a nova TV2 Cultura, o Governo de São Paulo criou, em 26 de setembro de 1967, a Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas, com dotação do Estado e autonomia administrativa. A fundação seguiu as diretrizes da Lei Estadual nº 9849 que autoriza “o Poder Executivo a formar uma entidade destinada a promover atividades educativas e culturais por meio do rádio e da televisão”. O discurso do então governador Abreu Sodré, em 1969, foi a primeira cobertura realizada pela TV Cultura.

Na época, a nova TV Cultura despertou o entusiasmo nos intelectuais (sobretudo jornalistas e professores universitários), pois eles viam no veículo uma forma de “retomar o projeto de preencher o vazio intelectual que existia no Brasil desde a década de 1930” (KUNSCH, 1999; p. 201). Entretanto, Leal Filho (1997) mostra que essa situação não aconteceu somente no Brasil. Segundo ele, a televisão educativa norte-americana passou por circunstância semelhante, visto que encarou o espectador como um simples cilindro vazio, capaz de comportar uma série de conhecimento sem qualquer reflexão, o que, no final, mostrou ser uma decisão equivocada.

Por outro lado, o Estado demonstrava grande interesse nesse processo, o regime militar, junto com empresários brasileiros e estrangeiros, via no veículo uma forma de criar uma imagem do país a ser difundida de norte a sul. Além disso, visualizavam também a possibilidade de incutir valores de uma sociedade de consumo a partir do projeto militar do ‘milagre econômico’, cujo objetivo primordial era o de garantir a implantação de uma economia alinhada aos interesses internacionais do capital e uma ordem política integradora (LEAL FILHO, 1997, p. 39-42).

O nascimento da TV Cultura pode ser compreendido como “fruto de uma confluência de interesses e propostas”. A RTC seria o resultado da linha político-econômica do regime militar e do esforço de um grupo para a implementação de projetos na área da educação. Vale destacar que a elite intelectual, ligada a esse projeto educativo, vivia um clima de euforia, pois acreditava que a televisão seria um “moderno método de educação de massa” (DOS SANTOS, 1998, p. 30).

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

Durante a primeira fase da TV Cultura é possível perceber que a filosofia da emissora estava baseada em alguns princípios como a produção para a elite, reservas quanto ao veículo e forte dose de regionalismo, além de uma visão conservadora. Essas impressões ficaram mais nítidas no discurso de José Bonifácio Coutinho Nogueira, durante a inauguração da TV Cultura. Seu discurso dizia:

A Fundação Padre Anchieta, afirmando-se legionária do regime de liberdade, não terá qualquer posição política que não seja a de divulgadora dos postulados da democracia. Todas as formas de proselitismo serão recusadas. Sem quaisquer preconceitos religiosos, adotaremos a posição ecumênica, que unem a todos que crêem em Deus. Aos espíritos jovens de todas as idades e condições sociais dirigiremos a nossa mensagem (...) a filosofia do nosso trabalho busca a democratização do ensino pela cultura (KUNSCH, 1999, p. 201 e 202).

José Bonifácio Coutinho Nogueira buscou profissionais para dar início ao projeto da nova TV Cultura. Mais uma vez, a emissora mudaria de sede. A nova administração ficaria, agora, no bairro paulistano da Água Branca. O patrimônio inicial da TV Cultura consistia em dois estúdios, um pequeno prédio utilizado pela administração, uma lanchonete, outro prédio térreo (da Rádio Cultura AM), o almoxarifado geral, além de uma pequena casa onde morava o zelador.

### **Segunda fase – a emissora no período da ditadura militar**

Conforme visto anteriormente, a TV Cultura surge poucos anos depois do golpe militar de 1964 e, segundo Miriam Goldfeder (1981), é o momento em que há uma “transição de desenvolvimento econômico associado”. Com a televisão em alta, é possível perceber que, a partir desse momento, o regime possui um projeto para utilizar o veículo a seu favor. Um pouco antes do golpe militar, em 1962, o Congresso Nacional havia aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações (lei nº 4.117). Apesar de ter sido elaborado e aprovado ainda no período democrático, o projeto tinha “inspiração militar plenamente identificado com as teses de integração nacional, segurança e desenvolvimento pregadas na Escola Superior de Guerra” (KUNSCH, 1999, p. 204).

Portanto, o tripé estava formado: a Embratel era a empresa que fazia o serviço, o Ministério das Comunicações cuidaria da parte institucional e sustentaria o esforço do

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

governo e o Código Brasileiro de Telecomunicações seria a base legal. A ampliação das redes de TV no país, durante o governo militar, aconteceu por meio de facilidades oferecidas à iniciativa privada pela legislação. O decreto-lei nº 486 (de 1968) teve real importância para as emissoras, pois permitiu que elas importassem equipamentos e peças destinados à instalação e manutenção com total isenção de impostos.

Nesta mesma época no Brasil ocorre a racionalização da indústria de teledifusão, tanto no setor público como no privado. O Estado passa executar planos de integração nacional que garantem o controle e a operação das comunicações sob a direção de um centro único de poder, através do Ministério das Comunicações, criado pelo decreto-lei nº 200, de 25 de novembro de 1967, que passou a Contel (Conselho Nacional de Telecomunicações), órgão normativo que deve decidir sobre as concessões para a operação do sistema; A Embratel, como principal órgão executor da política elaborada pelo Contel, o Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), responsável pela fiscalização do funcionamento do sistema, e a ECT (Empresa de Correios e Telégrafos) (KUNSCH, 1999, p. 205).

Essa segunda fase da história da TV Cultura é marcada por intervenções do Estado e um caso trágico. O processo teve início quando o liberalismo cultural e político da direção da emissora não corresponderam à visão impositiva e autoritária do governo militar. Em 1972, o procurador Hélio Bicudo fez duras críticas ao sistema carcerário do Estado. Esse episódio irritou o Chefe da Casa Civil do governador Laudo Natel, Henry Aidar, que exigiu a demissão do diretor do programa, na época, e, caso não fosse cumprido, a emissora sofreria um violento corte de verbas. O presidente da Fundação, à época, José Bonifácio Coutinho Nogueira, preferiu entregar o seu cargo a se submeter ao abuso de poder por parte do governo.

Em março de 1972, foram convocadas novas eleições para a Diretoria Executiva da Fundação e a chapa indicada pelo governador Laudo Natel foi a vencedora. Raphael Souza Noschese, pessoa de confiança do governador, ocupou o cargo com a condição de que sua autonomia seria respeitada. As pressões por parte do governo eram freqüentes e Noschese acabava cedendo aos favores menores para não parecer radical e intransigente. Raphael Noschese tentou resistir às pressões do governo, mas as exigências aumentavam cada vez mais e ele decidiu se demitir, deflagrando uma nova

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

crise. De acordo com Coutinho (2003, p. 47-48), os políticos procuraram fazer da emissora uma espécie de porta voz oficial. Antônio Guimarães Ferri assumiu o cargo de presidente da Fundação Padre Anchieta, porém, a crise interna não cessou mesmo com a sua posse.

Dois anos mais tarde, a TV Cultura conheceria um dos seus piores momentos: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Ele trabalhava como diretor de jornalismo da TV Cultura quando foi intimado pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo para prestar depoimento sobre suas atividades políticas. Herzog era membro clandestino do PCB, mas não era um militante intenso e muito menos tinha uma função de dirigente. Na verdade, ele foi uma vítima dos enfrentamentos entre grupos de militares que disputavam o controle do regime.

Com o caso Herzog, o Departamento de Telejornalismo entrou em regime de medo. Alguns dos principais editores foram presos e posteriormente afastados. (Fernando) Faro pediu demissão que depois transformou-se em pedido de férias. (José) Mindlin foi demitido. Só restou o medo, a censura da Polícia Federal, do Palácio do governo, da prefeitura. E muito trabalho debaixo da tensão, para tentar manter a programação no ar (COUTINHO *apud* BRAGA, 1976, p. 52).

Durante a gestão de Paulo Maluf (1979-1982), a TV Cultura obteve uma certa atenção especial, sendo beneficiada com liberação de verbas e ampliação da rede no interior do Estado. Evidente que tais benefícios não seriam ofertados gratuitamente, em troca, o governo exigia mais espaço na programação. O então senador Franco Montoro denunciou as infrações cometidas pelo governador de São Paulo em relação à legislação eleitoral. Ele solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral que notificasse as emissoras de rádio e televisão, os serviços de autofalante e a Agência Nacional para que cessassem a transmissão de mensagens que infringissem a legislação eleitoral (COUTINHO, 2003, p. 59).

Enquanto o ex-governador Abreu Sodré era conduzido à presidência do Conselho, José Maria Marin tomava posse do cargo de governador do Estado após a saída de Paulo Maluf que iria se dedicar à campanha eleitoral. Ao prever que teria problemas na RTC, Marin assina, em agosto de 1982, dois decretos: o primeiro demitia

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

sumariamente a maioria do Conselho e nomeava outros membros e o segundo afastava a Diretoria Executiva – escolhida pelo Conselho Curador anterior – e colocava pessoas de sua confiança. Além disso, Marin alterou o estatuto e os objetivos da Fundação, argumentando que eles estavam superados e que foram ultrapassados.

No dia seguinte a assinatura dos decretos, 18 dos 35 membros do Conselho Curador decidiram impetrar um mandato de segurança. Após inúmeros embates jurídicos, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu a favor da Fundação Padre Anchieta por 23 a 0, derrubando, assim, o decreto de José Maria Marin, ratificando a FPA como sendo uma pessoa jurídica de direito privado. O STJ reafirmou ainda que competia somente ao Conselho Curador o poder de alterar seu estatuto, além de eleger seus próprios membros e sua Diretoria Executiva. Estava reconhecida, assim, a autonomia da FPA perante o Poder Judiciário.

Ao tomar posse, em 1983, o governador Franco Montoro revogou os dois decretos. Além disso, o próprio Conselho Curador elaborou propostas de alteração no estatuto a fim de modernizá-lo. As alterações foram enviadas à Assembleia Legislativa na forma de decreto que o aprovou sem alterações. Portanto, o direito de auto-gestão da Fundação Padre Anchieta estava reconhecido pelos Três Poderes. Em 1985, chega ao fim o regime ditatorial no Brasil e a RTC está pronta para iniciar uma nova fase da sua história.

### **Terceira fase – Cultura se aproxima do modelo de televisão pública**

A terceira fase da TV Cultura pode ser considerada como a mais produtiva, pois é nessa etapa que ela se aproxima do conceito de televisão pública. A gestão de Roberto Muylaert é marcada por uma democratização no estatuto e a emissora apresenta índices de audiência de até 14 pontos. Uma marca extremamente significativa ao longo de toda a trajetória da TV Cultura. Contudo, o período não é composto apenas por bons momentos. Em 1986, um incêndio destrói as instalações da emissora, causando um grande prejuízo.

No dia em que o Plano Cruzado congelou a economia do país, a TV Cultura pegou fogo. No dia 28 de fevereiro de 1986, um incêndio destruiu praticamente 90% da capacidade de produção da emissora. Dois estúdios que eram utilizados para gravação e



**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

apresentação da maior parte dos programas ficaram completamente destruídos. O fogo se espalhou e consumiu a central de controle de imagens e áudio, responsável pelas emissões da televisão, as sete ilhas de edição de vídeo cassete, o *switcher* (mesa de operações de diretor de TV) e o controle-mestre das imagens.

Uma crise se abateu sobre a TV Cultura, pois sua capacidade de produção ficou praticamente reduzida a zero. Os programas de debate, entrevistas e prestação de serviços passaram a ser transmitidos de um estúdio ainda em construção. Do Teatro Mas, em meio à tragédia, um gesto solidário por parte das TVs Globo, Bandeirantes e Manchete fez com que a Cultura se mantivesse no ar: as emissoras cederam horários em suas ilhas de edição e emprestaram imagens e equipamentos. Contudo, esse incêndio contribuiu de maneira positiva, pois assim os problemas estruturais foram revistos.

Três meses após o incidente, uma nova Diretoria-Executiva na Fundação Padre Anchieta é empossada. A equipe era formada por Roberto Muylaert (diretor presidente); Maria Aparecida Tamaso Garcia (diretora vice-presidente) e Alfredo Cecílio Lopes (diretor financeiro). A nova diretoria tinha como principal tarefa reequipar a TV Cultura ao nível das mais modernas emissoras, além de promover uma ampla reforma administrativa para adequar seu quadro de funcionários aos parâmetros de uma empresa moderna. Havia ainda o desafio de replanejar e reordenar sua programação para que cumprisse os compromissos com a população previstos no estatuto da Fundação.<sup>5</sup>

Muylaert busca dar uma outra dinâmica à emissora, sendo que boa parte dos empreendimentos administrativos da sua gestão se baseou nos estudos feitos por sua empresa<sup>6</sup>. Um dos principais objetivos era o de desfazer a ‘mentalidade estatal’ que dominava a emissora. Segundo os estudos, faltavam diretrizes claras e unificadas que interferiam no funcionamento da TV Cultura, tornando-a extremamente burocrática, o que era conflitante e contraditório, visto que a emissora necessitava veicular programas todos os dias.

---

<sup>5</sup> Cultura 20 anos/ Fundação Padre Anchieta; Organização de Walmes Nogueira Galvão e Waldimas Nogueira Galvão; São Paulo: Biblioteca da FPA, 1989, pág. 24.

<sup>6</sup> Muylaert era um profissional ligado ao gerenciamento de instituições culturais: possuía uma empresa chamada “Consultoria de Comunicação” e foi curador da Fundação Bienal São Paulo. (DOS SANTOS, 1998, p. 62)

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

No entanto, Roberto Muylaert não foi o único a ter que enfrentar esse problema. Em 1998, na gestão de Jorge da Cunha Lima, foi realizada uma pesquisa interna com os funcionários e o resultado foi surpreendente: o público interno acreditava ser a TV Cultura uma espécie de mãe, ou seja, a relação do funcionário com a TV era extremamente matriarcal ao invés de profissional.

Roberto Muylaert foi o presidente da TV Cultura que conseguiu realizar mudanças importantes, como transformar a tevê em uma emissora pública, semelhante às suas congêneres internacionais, inspirando-se no modelo norte-americano de TV pública. Outro objetivo da gestão de Roberto Muylaert era desvincular, ao máximo, a TV Cultura do governo estadual, fato de difícil realização visto que a emissora dependia financeiramente do poder executivo. A solução seria buscar a independência financeira, mas havia um impedimento: o artigo 12, item 1, do Decreto-lei 282 de 1967, proibia as televisões educativas de buscarem patrocínio por não terem um caráter comercial.

Quando comecei na TV Cultura, cujo nome resgatei de uma despersonalizada RTC que havia sido adotada há alguns anos, na época, sem aprovação pelo Conselho, as TVs européias eram todas estatais, chatas e sem-graça, exceto a BBC. E as americanas tinham o extraordinário sistema em rede da PBS, em especial a de Nova York que era um oásis na TV americana. Comecei, então, a estudar as TVs públicas, como eles as dominavam e o seu sistema de *sponsorship*, que eu batizei de apoio cultural, nome depois adotado por todo mundo. (COUTINHO, 2003, p. 73)

É partir desse momento que a programação da TV Cultura sofre alterações que a deixam mais informativa e menos educativa. O público infanto-juvenil se torna o foco principal da emissora, que agora veicula também séries produzidas no Brasil e no exterior, lança programas novos e permite que outras TVs educativas retransmitam a sua programação, passando, inclusive, a transmitir via satélite para todo o país.

Com um investimento de US\$ 5,5 milhões, a TV Cultura adquiriu e instalou uma nova antena no bairro do Sumaré (um dos pontos mais altos da cidade). O investimento se tornaria um marco na história da emissora, de acordo com Roberto Muylaert, pois em alguns horários a TV Cultura alcançaria o segundo lugar na medição dos índices de audiência (Folha de S. Paulo – TV Folha, 8/11/92).

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

Para alcançar o público fora do Estado de São Paulo, a TV Cultura necessitava de um canal de satélite que, infelizmente, ainda não havia sido autorizado pelo governo federal. A autorização veio somente durante o governo Itamar Franco por meio da Embratel e, a partir desse momento, a TV Cultura deixava de ser uma emissora de caráter regional para entrar na era da globalização (SILVA, 1997, p. 35).

Porém, a gestão de Roberto Muylaert também teve seus problemas e o mais grave deles foi uma crise institucional no ano em que a TV Cultura comemorava seus 20 anos de existência. A questão envolvia o fato da emissora não ter definido ainda o seu papel, ou seja, a TV Cultura, afinal, era uma tevê pública ou estatal? O conflito afetou, inclusive, o departamento de jornalismo.

No início de junho de 1989, o Jornal da Cultura mostrou uma reportagem sobre a inauguração de um comitê do candidato ao governo Ulysses Guimarães e professores da rede pública pisoteando um cartaz do então governador Orestes Quércia. Duas semanas mais tarde, Roberto Muylaert, presidente da FPA, e Alfredo Cecílio Lopes, diretor superintendente da fundação, enviaram uma carta de advertência a Roberto de Oliveira, coordenador de programação da TV Cultura, declarando que o Jornal da Cultura estava divulgando notícias contrárias ao governo.

Após a advertência, Oliveira e as chefias de jornalismo pediram demissão e os jornalistas decidiram interromper suas atividades por considerarem que estavam sem chefia. Durante quatro dias consecutivos, todos os telejornais mais os programas *Repórter Especial* e *Metrópolis* saíram do ar. Nesse período, Roberto Muylaert renunciou à presidência, alegando que não concordava com as exigências feitas pelo coordenador de programação. O cargo foi assumido interinamente por Alfredo Cecílio Lopes, que enviou um memorando conciliatório aos jornalistas, retirando as ameaças de punição e reintegrando Roberto Oliveira ao cargo. Os jornalistas voltaram ao trabalho e o Conselho Curador tratou de convencer Muylaert a reassumir seu cargo. No dia 26 de junho de 1989, Roberto Muylaert volta à FPA e Oliveira sai definitivamente junto com a diretoria de programação (COUTINHO, 2003, p. 74-75).

Esse episódio mostra claramente a relação que a TV Cultura mantém com o governo do Estado e que as suas principais dificuldades estão ligadas, sobretudo, à

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

dependência político-financeira que possui. A disputa entre Muylaert e Oliveira aponta para uma fogueira das vaidades, na qual a disputa pelo poder falou mais alto que o respeito ao cidadão-telespectador. A obediência política e o recebimento de verbas ressaltam ainda mais a falta de autonomia e imparcialidade por parte da emissora, sendo que na área jornalística essa situação fica muito mais evidente com a veiculação de material favorável ao governo estadual.

Mesmo registrando bons índices de audiência e desfrutando de uma certa credibilidade junto ao telespectador, os anos que se seguem não serão tão favoráveis para a TV Cultura. A saída de Roberto Muylaert da presidência da FPA deixa boas recordações para a emissora, como uma empresa organizada, programação adequada, reconhecimento do público, bons índices de audiência e algumas dezenas de prêmios nacionais e internacionais. Contudo, “a gestão de Roberto Muylaert deixou uma dívida muito grande para a gestão seguinte, a de Jorge da Cunha Lima”<sup>7</sup>.

#### **Quarta fase – tempos de crise e de mudanças**

O jornalista Jorge da Cunha Lima assumiu a presidência da Fundação Padre Anchieta em junho de 1995, logo após sair da Fundação Cásper Líbero, onde criou o *TV Mix*, da TV Gazeta de São Paulo. Jornalista do jornal *Última Hora* e da revista *Vogue Senhor* nos anos de 1960 e 1970, ele ocupou também cargos políticos, como o de secretário de Cultura do governo Franco Montoro (1983-1986). Ao assumir a TV Cultura, ele encontrou uma emissora deficitária financeiramente, cuja dívida estava em pouco mais de R\$ 30 milhões, sem contar os débitos trabalhistas.

A gestão de Cunha Lima sofreu também uma quebra violenta de orçamento logo no primeiro ano. “Tivemos de recompor o aporte de dinheiro público, as verbas voltaram a certa normalidade e tivemos de fazer verdadeiras magias” (GONÇALO JÚNIOR, 2001, p. 234). O orçamento da Cultura no ano de 1997 foi de R\$ 59 milhões, sendo que o governo estadual colaborou com R\$ 35 milhões e os outros R\$ 14 milhões

---

<sup>7</sup> Entrevista com Maurício Monteiro, representante dos funcionários no Conselho Curador da emissora, em 2006.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

vieram da venda de produtos licenciados - como vídeos, brinquedos e jogos referentes a programas e personagens – e propaganda institucional.

O corte de verbas imposto pelo governo Mário Covas fez com que a emissora tomasse algumas medidas radicais que resultaram na demissão de funcionários – cerca de 250 - e mudanças em sua grade de programação, além de haver a possibilidade de mais 400 funcionários serem demitidos. “O governador Mário Covas, em entrevista em junho de 1995, disse que a Cultura recebia dinheiro demais do Estado, sendo ela própria culpada pela incapacidade de gerar receita própria. Fez severas críticas à emissora, afirmando que até uma criança, com todo aquele equipamento, faturaria mais” (KUNSCH, 1999, p. 216). Covas criticou ainda a folha salarial da Fundação Padre Anchieta.

A crise afetou, sobretudo, a programação, pois, sem verba, a emissora precisou cancelar alguns projetos, como a produção de documentários e a nova versão do Rá-Tim-Bum, projeto iniciado na gestão de Roberto Muylaert voltado para o público infantil.

Na tentativa de recuperar parte dos projetos, Cunha Lima apostou na ‘reengenharia administrativa’, isto é, incentivou a comercialização de alguns produtos (cópias VHS de programas e a exploração da marca Castelo Rá-Tim-Bum) e aluguel dos estúdios para gravações. Outra alternativa para obter verba, foi a negociação dos chamados ‘apoios culturais’.

No entanto, no final dos anos 1990, a TV Cultura procurou não utilizar o termo ‘apoio cultural’, mas somente ‘apoio’, pois a conotação cultural dava a impressão de que os parceiros investiam na produção, o que, segundo o departamento de marketing da emissora, não acontecia.<sup>8</sup> Portanto, com essas medidas, acreditava-se que era possível evitar problemas, assim como a demissão de 147 funcionários ocorrida em 1997.

Em entrevista ao Jornal da Tarde, em abril de 1998, Jorge da Cunha Lima afirmou que o déficit mensal da TV Cultura, num primeiro momento, era de R\$ 1 milhão e que depois passou a ser de R\$ 780 mil. Segundo ele, a solução para redução do

---

<sup>8</sup> Entrevista com Solange Amadeo, do Departamento de Marketing da TV Cultura.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

déficit consistia basicamente no apoio dos governos federal, estadual e municipal por meio da veiculação de publicidade institucional. Mais uma vez, é possível perceber a dependência que a emissora tem em relação ao poder público.

Por outro lado, as dificuldades enfrentadas pela TV Cultura não eram somente de ordem financeira. Àquela altura, apesar de ter quase 30 anos de existência, a emissora vivia um dilema marcado pelo “paradoxo existente entre tevê e cultura” (KUNSCH, 1999, p. 217). A falta de qualidade dos canais comerciais abertos da televisão brasileira colocava a TV Cultura numa situação muito complicada entre a TV Aberta e a TV por assinatura, pois o público que assistia à emissora era o mesmo que consumia os programas da tevê paga. Algo, no mínimo, contraditório, visto que a TV Cultura recebia verbas do Estado.

A falta de dinheiro contribuiu para o agravamento da crise que, em momentos diferentes, ficou evidente. No início de 2003, cerca de 250 funcionários foram demitidos e a tevê teve problemas eclodindo ao mesmo tempo: a caixa-d’água da emissora que estava a ponto de cair, a reutilização de fitas de vídeo que continham programas históricos e os estúdios vazios no período da manhã por total falta de equipes.

Para justificar tantos problemas, Cunha Lima declarou à revista Carta Capital, em março de 2003, que “sem as demissões, a Cultura fecharia o ano com um déficit de R\$ 8 milhões”<sup>9</sup>. Já a secretária estadual de Cultura, Claudia Costin, declarou ao jornal Folha de S. Paulo que havia achado ‘estranho a contratação de pouco mais de 200 pessoas nos últimos anos e a posterior demissão’.<sup>10</sup> O Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo afirmava que não haviam provas, mas indícios de uma gestão ruim na emissora e desvio de dinheiro.

No caso da programação, as reprises ficaram evidentes para o público. Por exemplo, durante mais de um ano, o programa *Vitrine* exibiu retrospectivas dos melhores momentos e quase nenhuma novidade. Até o público-alvo da emissora foi atingido. O infantil *Ilha Rá-Tim-Bum* não fez o sucesso desejado, por outro lado, as

---

<sup>9</sup> Imagem com Chuvisco. Reportagem publicada na revista Carta Capital, em 12/03/2003.

<sup>10</sup> Ministério Público vai aprofundar investigação em contas da TV Cultura. Folha de S. Paulo, 15/06/03

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

reprises do *Castelo Rá-Tim-Bum* deram mais audiência que o programa inédito. É nesse cenário conflitante e instável que a gestão de Cunha Lima vai sofrer dois grandes golpes: o pedido de uma CPI na Assembleia Legislativa e a intervenção de uma auditoria.

Em novembro de 2003, Julieda Paes, economista indicada pelo governo Alckmin para auxiliar na administração da emissora, afirma ao jornal Folha de S. Paulo (*Auditoria orienta mudanças na Cultura*) que a auditoria estava avaliando os procedimentos, os contratos e as contas da emissora. Para a nova superintendente, o principal problema da tevê não era a falta de dinheiro, mas sim a sua administração, tese que também era defendida pela secretária estadual de Cultura, Claudia Costin. Para Cunha Lima, essa situação era extremamente incômoda.

Um pouco antes, em junho, deputados e sindicalistas defenderam a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito da TV Cultura, durante uma audiência pública, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Para completar, os sindicatos dos radialistas, dos jornalistas e dos artistas de São Paulo entregaram um abaixo-assinado com 564 assinaturas aos deputados da Assembleia, solicitando não somente a CPI, mas também a liberação de recursos do Estado para a tevê. Cunha Lima foi convocado para dar explicações, exibiu balanços desde quando assumiu o cargo e atribuiu as dificuldades da TV à falta de verbas para investimentos. Segundo ele, os repasses efetuados pelo governo permaneciam bloqueados para investimentos em tecnologia.<sup>11</sup>

A gestão de Jorge da Cunha Lima realmente foi problemática. Além de cortes de verbas, demissões de funcionários, sucateamento da empresa, defasagem tecnológica e auditoria, na reta final do seu terceiro mandato, ele ainda enfrentou um embate político pela disputa da presidência da fundação.

Em abril de 2004, Jorge da Cunha Lima, já com 72 anos e há nove no comando da Fundação Padre Anchieta, tenta se reeleger pela quarta vez consecutiva. No entanto, entra na disputa Marcos Mendonça, 58, ex-secretário de Cultura do governo Mário Covas, que fora substituído no governo de Alckmin, em janeiro de 2003, por Claudia

---

<sup>11</sup> Cunha Lima expõe as contas da TV Cultura, e deputados pedem CPI, reportagem publicada na Folha de S. Paulo, em 25/06/03.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

Costin. As eleições para a presidência da FPA sempre foram tranquilas, havendo uma certa concordância entre os candidatos. Contudo, desta vez, o clima de harmonia foi trocado por uma disputa acirrada.

O velado acordo de cavalheiros que sempre regeu as eleições para a presidência da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da rádio e da TV Cultura, deu lugar este ano a um aberto duelo de floretes. Rivais e eleitores mantêm a fleuma, mas a primeira disputa da história da emissora agita as rodas políticas e culturais de São Paulo. E coloca muita gente numa saia-justa.<sup>12</sup>

Para o deputado Ênio Tatto (PT-SP), que havia protocolado o pedido de CPI na Assembleia e cujo objetivo era o de apurar “o sucateamento da TV”, a chegada de Marcos Mendonça na disputa pelo cargo apenas comprovava que a falta de verbas ocorreu também devido a um impasse político. “Agora fica claro que o não-repasse de verbas era uma forma de pressão do Estado”<sup>13</sup>. Ambos os candidatos, refutaram a tese do deputado, evitando assim entrar em conflito com o governo estadual.

Nilton Martins, coordenador do Sindicato dos Radialistas, concordou com o deputado e disse: “Não apoiamos o Marcos porque ele não aparece com compromisso de brigar pela verba do Estado. Ele representa diretamente essa política de menos verbas do Estado, que leva a uma espécie de privatização da tevê, e vai aceitar o jogo do se virem no mercado”.<sup>14</sup>

Entre os funcionários da emissora o sentimento era outro. O musicólogo e representante dos funcionários no Conselho Curador, Mauricio Monteiro, afirmava que, àquela altura, uma oposição seria bem recebida. Ele disse ainda que os funcionários estavam traumatizados com a crise e que, provavelmente, estavam se agarrando a qualquer alternativa. Contudo, os fatos mostrariam que o futuro não seria tão cheio de glórias para a TV Cultura e seus funcionários.

O mais curioso nessa disputa era que ambos os candidatos apresentaram propostas comuns, como investimento em tecnologia, apoio ao jornalismo independente

---

<sup>12</sup> “Saia justa na eleição”. Matéria publicada na revista Carta Capital, em abril de 2004. Escrito por Ana Paula Sousa

<sup>13</sup> Idem

<sup>14</sup> Idem



**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

e à literatura brasileira, além do aumento de parcerias com empresas privadas. Uma das poucas diferenças era a atenção aos esportes olímpicos e a transmissão dos concertos da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp) apresentada no plano de Marcos Mendonça e que contava com o apoio da secretária estadual Claudia Costin.

Eu achava que já era tempo de eu me mudar, mas não havia candidato. Como o governo impôs um candidato de surpresa (Marcos Mendonça) eu não aceitei. Candidato tem de ser do Conselho e nesse sentido eu continuei candidato disposto a ir até às últimas consequências, para perder ou para ganhar. Eu não podia trair a minha tese de independência.<sup>15</sup>

Daí ele (Marcos Mendonça) tomou a atitude de desistir da candidatura. No dia em que ele retirou a candidatura eu o chamei e falei: - Olha, agora nós temos condições de conversar. Vamos ver o seguinte: o que é melhor? Para mim é manter a independência, mas para manter a independência o Conselho precisa ter mais poder.’ Daí o Marcos (Mendonça) falou: - Eu topo fazer as modificações que você quiser, mas o que a gente faz então para acertar?<sup>16</sup>

Em junho de 2004, Marcos Mendonça assume a presidência da FPA. Contudo, a transição não foi nada serena. A jornalista Ana Paula Sousa, da revista Carta Capital, descreveu em sua matéria “Uma transição nada pacífica”: “O ar era festivo. mas um certo mal-estar pairava no ambiente. A transição de poder na Fundação Padre Anchieta – mantenedora da rádio e da TV Cultura –, veio acompanhada de denúncias e dúvidas. Dois relatórios assinados pela ex-superintendente da emissora Julieda Puig Paes Pereira motivaram a instauração de um inquérito civil pelo Ministério Público e deram mais munição à CPI pedida pelo deputado Enio Tatto (PT)”. A remuneração a que teria direito Jorge da Cunha Lima, ex-presidente da fundação e agora presidente do Conselho, também estava sob análise do Poder Judiciário.

O motivo para o mal-estar era justamente o acordo feito no final do mandato de Cunha Lima em relação à presidência e que estava evidente: Jorge da Cunha Lima desistiria do quarto mandato em favor de Marcos Mendonça, candidato legítimo do governo do PSDB, e conseqüentemente seria o presidente do Conselho Curador, ou

---

<sup>15</sup> Entrevista com Jorge da Cunha Lima, em setembro de 2005.

<sup>16</sup> Idem

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

seja, a criação de um cargo remunerado. Mendonça foi eleito presidente com 29 votos dos 34 conselheiros, um arranjo que beneficiava ambas as partes.

A gestão de Jorge da Cunha Lima encerra-se de forma melancólica, abarrotada de críticas e suspeitas em relação à administração da emissora. Marcos Mendonça assume uma TV Cultura, sucateada, defasada tecnologicamente e com uma estrutura fracionada. A gestão de Marcos Mendonça não teve um início muito bom. De cara enfrentou uma paralisação por parte de jornalistas e radialistas. Segundo o sindicato<sup>17</sup>, o estado de greve atingiu cerca de 90% dos trabalhadores da Fundação, de um total de 1.100 funcionários. A greve durou aproximadamente 10 dias.

Outro problema enfrentado pela gestão de Marcos Mendonça foi a não aceitação de alguns programas por parte do público. Na matéria “Novos programas da TV Cultura não decolam no Ibope”, o jornalista Daniel Castro, da Folha de S. Paulo, expõe a dificuldade. “Em junho, Marcos Mendonça completa um ano à frente da TV Cultura com a emissora nos mesmos patamares de audiência, baixíssimos, de quando assumiu”. Segundo a reportagem, a nova gestão levou cerca de um ano para estreiar novos programas e as apostas se revelaram um fracasso.

Enquanto os jornais publicavam notícias contrárias à audiência da TV Cultura, Marcos Mendonça comemorava os resultados da sua gestão. Em junho de 2005, a revista *Go Where* publicou uma entrevista com o presidente da emissora na qual dizia, entre outras informações, que a TV Cultura era uma televisão que agora dava Ibope e lucro. Ele revelou ainda que a compra de equipamentos e digitalização do acervo e a grade de programação estavam estagnadas e que por falta de recursos a TV não produzia. Vale lembrar que, independentemente dos problemas de gerenciamento da gestão anterior, o Estado ordenou um brusco corte de verbas para a emissora.

É possível perceber que a gestão de Marcos Mendonça teve como principal preocupação os índices de audiência e os rendimentos da emissora. Com o objetivo de depender, cada vez menos, dos subsídios do Governo Estadual, o presidente da FPA criou novos programas (nem sempre de acordo com a filosofia da emissora), passou a veicular publicidade que estimulam o consumo e ignorou artigos do Estatuto da

---

<sup>17</sup> “Funcionários da TV Cultura mantêm estado de greve”. Folha Online, publicado em 12/08/04

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

Fundação. “A administração de Jorge da Cunha Lima, que ficou cerca de nove anos no cargo, era uma administração político-intelectual, mas a administração atual é político-administrativa. No meu ponto de vista, nenhum dos dois modelos é bom e nem contemplam o que deve ser uma emissora pública” (Maurício Monteiro).

### **Considerações Finais**

É possível perceber que, ao longo da história da TV Cultura, a emissora foi palco de disputas da ordem econômica, intelectual e, sobretudo, política. A alternância de poderes – democrático-autoritário-democrático - teve influência direta na estruturação e consolidação da emissora que sofreu com a imparcialidade e a falta de autonomia e recursos.

Surgida em um momento totalmente desfavorável para a democracia brasileira, a TV apresentou uma filosofia conservadora com produção voltada para os interesses da elite dominante. Com a estabilização do governo militar no poder, a situação da emissora piora e padece com as trocas de direção e as intervenções do Estado. A emissora ganha caráter estatal e é utilizada em favor do regime.

A volta da democracia representa uma nova era para a emissora que se aproxima do conceito de televisão pública. E ela consegue se manter assim por algum tempo. Contudo, a crise econômica que atinge o país não exclui a emissora, visto que a dependência econômica do governo estadual paulista ainda é forte. Nesse período a TV apresenta qualidade técnica e de conteúdo, mas a conta não fecha e a falta de recursos é fator recorrente.

No início do século XXI, a TV Cultura ficou endividada, demitiu funcionários e viu sua estrutura virar sucata. Apesar de ser reconhecida como o modelo brasileiro de televisão pública, a emissora, ao longo de sua história, flertou com o modelo estatal e, nos últimos anos, se aproximou do modelo comercial em virtude da crise financeira e do corte de verbas.

### **Referências**

ASSIS, Diego. *Cunha Lima expõe as contas da TV Cultura, e deputados pedem CPI*. Folha de S. Paulo, edição de 25/06/2003.

**Alcar – Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia**  
**I Encontro de História da Mídia da Região Norte**  
**Universidade Federal do Tocantins – Palmas – outubro de 2010**

---

COUTINHO, Josmar Brandão. *A relação entre o Estado e a TV Educativa do Brasil: a particularidade da TV Cultura do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Letras, Araraquara, 2003.

CULTURA 20 anos/ Fundação Padre Anchieta; Organização de Walmes Nogueira Galvão e Waldimas Nogueira Galvão; São Paulo: Biblioteca da FPA, 1989, pág. 24.

DOS SANTOS, Cássia. R. G. *Uma TV Educativa para o Brasil – dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

FERNANDES, Fátima. *Ministério Público vai aprofundar investigação em contas da TV Cultura*. Folha de S. Paulo, 15/6/03.

*FUNCIONÁRIOS da TV Cultura mantêm estado de greve*. Publicado na Folha Online, em 12/08/04.

GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONÇALO JUNIOR, M. *O país da TV – a história da televisão brasileira*. São Paulo: Conrad, 2001.

KUNSCH, Margarida (coord). *Os grupos de mídia no Brasil e as mediações da assessorias de comunicação, relações públicas e imprensa*. Relatório técnico-científico de projeto integrado de pesquisa. São Paulo : CRP/ECA/USP, 1999.

LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das Câmeras*. São Paulo: Summus, 1988.

LEAL FILHO, L. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

SOUSA, Ana Paula. *Imagem Com Chuvisco*. São Paulo: Revista Carta Capital, Edição de 12/03/2003.

SOUSA, Ana Paula. *Saia Justa na eleição*. São Paulo: Revista Carta Capital, Edição de 07/04/04.

TV Cultura: <http://www.tvcultura.com.br>

**Depoimentos:**

AMADEO, Solange. Assessora do Departamento de Marketing da TV Cultura. Entrevista pessoal concedida em outubro de 2004.

CUNHA LIMA, Jorge. Jornalista, presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Entrevista pessoal concedida em setembro de 2005.

MONTEIRO, Mauricio Mário. Representante dos funcionários no Conselho Curador da FPA. Entrevista pessoal concedida em outubro de 2005.